

**AS PERSPECTIVAS DA PEQUENA PRODUÇÃO RURAL  
DIANTE DA CRISE FISCAL DO ESTADO E DA  
ABERTURA COMERCIAL\***

Adriano Rodrigues de OLIVEIRA\*\*  
Antonio Nivaldo HESPANHOL\*\*\*

**Resumo:** Neste texto, buscar-se-á efetuar algumas reflexões acerca das transformações ocorridas na agricultura brasileira, no contexto da seletividade implementada pela "modernização", sobretudo no período posterior à década de 1980 com a crise fiscal que atingiu o Estado brasileiro e a abertura da economia nacional a partir da década de 1990. Neste âmbito, pretende-se compreender as alternativas que pequenos produtores rurais têm encontrado para viabilizar suas atividades face ao processo de escassez de crédito e exigências de competitividade impostas pela abertura comercial ao mercado externo. Desta forma, infere-se a necessidade de retomada da atuação pronunciada do Estado, na gestão do território, como forma de possibilitar o desenvolvimento regional e local frente ao processo de internacionalização do capital.

**Palavras-chave:** Modernização Agrícola; Crédito Rural; Abertura Comercial; Pequena Produção e Desenvolvimento Local.

**Resumen:** En este texto, buscamos realizar algunas reflexiones acerca de las transformaciones ocurridas en la agricultura brasileña, en el contexto de selectividad implementado por la "modernización", especialmente en el período posterior a la década de 1980 con la crisis

\* Trabalho Final apresentado na disciplina "Estrutura Produtiva Agrícola e Dinâmica Regional", ministrada pelo Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespagnol no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.

\*\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Câmpus de Presidente Prudente. Bolsista MS-FAPESP (01/00552-6). E-mail: arogeo@hotmail.com

\*\*\* Orientador, docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Câmpus de Presidente Prudente. E-mail: nivaldo@prudente.unesp.br

fiscal que atingiu o Estado brasileiro e a abertura da economia nacional a partir de década de 1990. En este âmbito, pretendemos compreender as alternativas que pequenos produtores rurais han encontrado para viabilizar sus actividades dado el proceso de escasez de crédito e las exigencias de competitividad impuestas por la abertura comercial al mercado externo. Así, deducimos la necesidad de retomar la actuación pronunciada por el Estado, en la gestión del territorio, como forma de posibilitar el desarrollo regional y local frente al proceso de internacionalización del capital.

**Palabras-clave:** Modernización Agrícola; Crédito Rural; Abertura Comercial; Pequeña Producción e Desarrollo Local.

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscar-se-á efetuar algumas reflexões acerca das transformações ocorridas na agricultura brasileira, destacando o caráter seletivo do projeto modernizante implementado pelo Estado brasileiro, a partir dos anos 1960.

Procurar-se-á centralizar o foco de análise no período posterior aos anos 1980, no qual a economia nacional foi afetada por uma enorme crise fiscal, provocando o desmonte das políticas de crédito rural implementadas pelo Estado nas duas décadas anteriores. Além disto, a partir dos anos 1990 ocorreu a abertura da economia nacional ao mercado internacional, colocando a agricultura exposta a competitividade imposta pelo processo de internacionalização e acumulação do capital.

Neste âmbito, os impactos da abertura econômica afetaram profundamente a agricultura nacional, especialmente os pequenos produtores rurais, que necessitam buscar novas estratégias de viabilização da sua produção por meio da inserção em novos segmentos produtivos.

Tomou-se como recorte territorial empírico, a análise da expansão da fruticultura e da olericultura no contexto da pequena produção agrícola do município de Anhumas, localizado na Região de Presidente Prudente, sudoeste do Estado de São Paulo.

Assim, buscar-se-á analisar as estratégias da pequena produção rural diante da escassez de crédito e da abertura comercial, destacando o papel do Estado enquanto gestor do território por meio de políticas públicas que possam viabilizar a pequena produção e proporcionar o desenvolvimento local e regional e uma reconfiguração da integração regional face ao processo de internacionalização do capital.

## 2 . AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1960 A 1980

Antes de efetuar uma análise do período posterior à década de 1980, faz-se necessário retomar as principais transformações que afetaram a agricultura brasileira nas duas décadas anteriores.

A partir da década de 1960, a agricultura brasileira sofre diversas transformações que vão consolidar definitivamente o processo de desenvolvimento do capitalismo neste setor produtivo, sobretudo com as intervenções dos governos militares a partir de 1964. É nesta fase que se aprofundou o processo de integração da agricultura à economia urbano-industrial e concomitantemente as relações com o mercado externo.

Até meados dos anos 1950, a agricultura brasileira restringia-se às grandes lavouras de exportação e aos segmentos fornecedores de alimentos para o mercado interno e de mão-de-obra para a incipiente economia urbana. Contudo, com a alta dos preços dos alimentos e o fortalecimento de movimentos sociais no campo, a agricultura começa a ser vista como um entrave ao “desenvolvimento” do país, passando a ser considerada como “atrasada” e “retardatária” (BELIK, 1998). Para superar este atraso, eram apontadas duas alternativas: i) a realização de uma ampla reforma agrária e ii) o estímulo à modernização da agricultura.

Neste contexto, o Estado brasileiro, fortemente influenciado pela oligarquia rural, encarregou-se da criação de diversos mecanismos para superar o “atraso” prevaiente na agricultura do país. Assim, estimulou o processo de “modernização”<sup>1</sup> da agricultura caracterizado pela

<sup>1</sup> O termo modernização aparece entre aspas, pois o que realmente ocorreu na agricultura brasileira foi uma *tecnificação*, na medida em que se incorporou um pacote tecnológico que, se por um lado, promoveu o aumento da produtividade agrícola; por outro, gerou profundas desigualdades sócio-espaciais.



alteração da base técnica, sem, contudo, alterar a estrutura fundiária historicamente concentrada. Neste âmbito não são raros os estudos desta questão que denominam este processo como “modernização dolorosa e/ou conservadora” “[...] que nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária.” (DELGADO, 1997, p.218).

O “projeto modernizante” do Estado brasileiro assentou-se na concessão de crédito rural, o qual se constituiu no principal instrumento de sua política, elemento viabilizador de grande parte das transformações ocorridas neste setor produtivo. A partir da constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, o setor agropecuário passa a contar com fundos permanentes destinados ao financiamento das atividades agropecuárias. Juntamente com o crédito rural, o Estado lança em 1973, o Programa de Seguro Rural (PROAGRO), a fim de garantir créditos bancários aos agricultores. É importante destacar ainda a criação do Fundo Geral para a Indústria e Agricultura (FUNAGRI) em 1965, visando beneficiar diretamente as indústrias processadoras de produtos grícolas.

No intuito de fortalecer o SNCR, o Estado brasileiro criou no início da década de 1970 a EMBRAPA e a EMBRATER, sendo a primeira encarregada de desenvolver inovação biotecnológica por meio da pesquisa e a segunda responsável pela assistência técnica oficial por meio da extensão rural.

Todos os mecanismos de política agrícola, tendo como fio condutor o crédito rural eram concedidos aos produtores rurais, tendo como objetivo precípua alterar a base técnica utilizada na agricultura. Vale frisar que todo esse interesse do Estado brasileiro estava intrinsecamente vinculado aos interesses do grande capital industrial, sendo o crédito rural um instrumento de política econômica destinado a incentivar a aquisição de produtos industriais por parte da agricultura, conforme enfatiza Graziano da Silva (1981).

Assim, no início da década de 1970, irá se consolidar no país a integração técnica entre a agricultura e a indústria, constituindo no país o chamado Complexo Agroindustrial (CAI). Müller (1989) destaca que o processo de modernização da agricultura brasileira e a formação do

CAI foi configurado pelos interesses da trílice aliança formada pelo capital industrial nacional, as multinacionais e o capital estatal como principal mediador.

A constituição dos CAIs pode ser identificada a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras. Tal integração se efetivou a partir da internalização da indústria produtora de máquinas e insumos para a agricultura, conforme apontam Kageyama *et al.* (1987) e Graziano da Silva (1996).

Conforme mencionado, o papel do Estado foi preponderante, enquanto principal agente da regulação da acumulação capitalista na agricultura e das novas formas de inserção e/ou subordinação dos produtores rurais ao capital industrial e financeiro, tendo contribuído diretamente para a constituição e consolidação dos complexos agroindustriais no país, conforme demonstram Delgado (1985), Sorj (1986), Kageyama *et al.* (1987), Müller (1989) e Graziano da Silva (1996).

Assim, o que se chamou de “modernização” da agricultura brasileira, se caracterizou (e se caracteriza), por um processo de desenvolvimento desigual, tendo se apresentado de forma espacialmente heterogênea, socialmente seletiva e setorialmente distinta, conforme salientam Delgado (1985) e Hespanhol (1997). Neste contexto Delgado (1985) ressalta que:

Todo esse processo modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza (*sic*) o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira. (DELGADO, 1985, p.42).

Apesar de não ter atingido diretamente todos os produtos, regiões e produtores, o processo de modernização gerou profundos impactos sobre a agricultura brasileira. Consolidou-se no país a chamada *modernização desigual*, privilegiando sobretudo os grandes proprietários.

de terras, as culturas voltadas para o mercado externo ou para a substituição de produtos que oneram a balança comercial, as regiões mais desenvolvidas e atingindo somente uma parcela de produtores rurais, que teve acesso ao crédito subsidiado, conforme salientam Delgado (1985), Hespanhol (1996, 1997) e Gonçalves Neto (1997).

Nas palavras de Müller (1993), dizer somente que a modernização do meio rural brasileiro foi parcial não é suficiente, tendo em vista que “[...] a parcialidade impôs condições gerais de produção e comercialização, sem as quais se tornou inviável qualquer produção no agro nacional.” (MÜLLER, 1993, p. 21).

Este modelo de modernização, baseado no crédito subsidiado, perdurou entre meados da década de 1960 e início da década de 1980, quando a economia brasileira entrou em profunda crise, afetando diretamente o potencial de regulação estatal com reflexos extremamente negativos sobre todo o setor agrícola do país e colocando em crise o modelo de modernização até então em vigor, conforme salienta Graziano da Silva (1996).

Neste âmbito, buscar-se-á no próximo item efetuar uma análise da crise financeira do Estado brasileiro no período posterior à década de 1980.

### 3. A CRISE FISCAL DO ESTADO BRASILEIRO E AGRICULTURA NO PERÍODO PÓS-1980

A partir da década de 1980, a política agrícola brasileira até então inteiramente consubstanciada no crédito rural começa a ser progressivamente desmontada. Nesta década, há no Brasil uma profunda revisão do paradigma keynesiano, em virtude da impossibilidade de manutenção do financiamento das políticas públicas. Há, ainda, outro motivo importante e pouco mencionado para a transição de uma forma de regulação para a outra, configurado no crescimento do poder de empresas transnacionais na produção e comércio de produtos agroalimentares. Assim, o avanço da internacionalização e do poder das transnacionais diminuiu o poder e a relevância das políticas agrícolas e

também da produção agrícola propriamente dita, que passa a ser cada vez mais dependente do restante dos sistemas alimentares mundiais, conforme evidencia Belik (1998).

Neste contexto de crise do crédito rural, o Estado centraliza as suas intervenções na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Conforme ressalta Hespanhol (1997):

No ano de 1981, os preços mínimos passaram a ser indexados, o que neutralizou os efeitos negativos da inflação que, até então, corroía o valor real dos preços de garantia dos produtos agrícolas. A partir do estabelecimento da indexação a PGPM, ganhou efetividade e conjuntamente tornou-se mais importante que o crédito rural. (HESPANHOL, 1997, p. 45).

Embora esta política pudesse ter se constituído numa forma mais democrática de abranger os produtores rurais, por incidir diretamente sobre os preços dos produtos, acabou tendo pouca efetividade em virtude de não contemplar muitos produtos, deixando de fora àqueles de origem animal e frutícolas, por exemplo. Além disto, a PGPM acabou tendo seus princípios desvirtuados por causa de sua “subordinação a objetivos conjunturais, de curto prazo, tais como o controle monetário e/ou inflacionário, de suporte à formação de estoques reguladores de maneira errática, de base de cálculo à concessão do crédito de custeio [...]” (SZMRECSÁNYI e RAMOS, 1997, p.244).

A operacionalização desta política foi efetuada por meio dos mecanismos de Aquisições do Governo Federal (AGF) e de Empréstimos do Governo Federal (EGF), sendo este último muitas vezes confundido com os créditos de comercialização.

Deste modo, os grandes favorecidos por tal política acabaram sendo os intermediários capitalistas (atravessadores), que compravam os produtos agrícolas, na maioria das vezes, abaixo dos preços mínimos praticados no mercado, obtinham empréstimos do governo federal por meio dos EGFs para o armazenamento dos produtos e, posteriormente, quando melhor lhes conviessem, colocavam os produtos no mercado ou até mesmo tinham a possibilidade de venda aos estoques do governo



pelo mecanismo de AGF. Neste contexto, os pequenos produtores rurais, mais uma vez ficaram desprovidos de políticas agrícolas (assim como ocorrera com o SNCR), tendo em vista que não tiveram acesso a PGPM por falta de informação acerca de seus mecanismos e também pela ausência de organização seja por meio de associações e/ou cooperativas, conforme ressalta Hespanhol (1996).

Além disso, os pequenos produtores ficaram a margem desta política em virtude da lógica bancária freqüentemente adotada até mesmo pelo Banco do Brasil, principal executor da PGPM que acabou “[...] por privilegiar [...] as transações de maior porte, que são feitas evidentemente, por grandes produtores e/ou intermediários e beneficiadores.” (SZMRECSÁNYI e RAMOS, 1997, p.245).

Destarte, os produtores mais capitalizados e com maior nível de integração às agroindústrias, encontraram formas de se viabilizarem, mesmo estando sujeitos às flutuações do mercado nacional e internacional a partir da retirada do Estado como grande financiador por meio do crédito rural. Em contraponto, os pequenos produtores rurais, descapitalizados e excluídos do processo de modernização, continuaram sendo marginalizados, além de terem agravado ainda mais a sua situação de penúria frente à crise que passou a assolar o país nos anos 1980 e a ausência de incentivos dos diferentes níveis governamentais (Federal, Estadual e Municipal), conforme salientam Hespanhol (1996) e Graziani da Silva (1996).

Deste modo, se durante o período de meados da década de 1960 ao início da década de 1970 prevaleceu no país a intensa intervenção estatal no setor agrícola vindo a beneficiar principalmente as elites agrárias e o grande capital urbano-industrial nacional e estrangeiro; na década de 1980, com a crise financeira de Estado e o seu conseqüente enfraquecimento, os grandes capitais e as elites agrárias, até então amparados pelo crédito rural farto e barato, já haviam acumulado as condições suficientes de auto-gestão de suas atividades tendo encontrado ainda formas de se beneficiar dos mecanismos de regulação da Política de Garantia de Preços Mínimos.

#### 4. A AGRICULTURA BRASILEIRA FACE A ABERTURA COMERCIAL CONTEMPORÂNEA E A SITUAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

A partir da década de 1990, a economia brasileira como um todo e a agricultura, em particular, começam a sofrer reflexos diretos do projeto neoliberal implementado pelo governo Collor, consubstanciado nas orientações formuladas no Consenso de Washington e fortemente apreoadas pelos organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, BIRD, etc). Novos elementos começam a configurar o cenário nacional, aprofundando ainda mais a crise fiscal que assolou o país na década anterior.

Em nível mundial, tanto no ambiente acadêmico quanto nos discursos políticos, ganha relevância o debate acerca da expansão do processo de globalização. Araújo (2000), se sustenta em Chesnais (1996), para discutir conceitualmente tal processo, argumentado que apesar de ser apresentado como “novo”, trata-se “[...] na verdade de ‘etapa específica’, - porque muito avançada - do velho e muito conhecido processo de internacionalização do capital” (CHESNAIS, 1996 *apud* ARAÚJO, 2000, p. 111).

Deste modo, a agricultura brasileira passa a ser orientada pelos ditames da aceleração do processo de internacionalização do capital, o que vai agravar ainda mais a situação de penúria dos pequenos produtores rurais que agora além de alijados de políticas agrícolas estatais, são colocados ao “sabor” das regras de competitividade comercial em nível internacional.

Conforme Müller (1994), a partir da década de 1990, a agricultura - dado o seu grau de integração intersetorial com a indústria e o capital financeiro - passa a ser influenciada diretamente pelo paradigma de “produção flexível” também conhecida como “toyotismo” em substituição ao paradigma da “produção em série” ou “fordismo”, vigente até as últimas décadas do século XX. Desta forma, “Este novo processo de produção tem um conjunto de técnicas que o caracterizam: a produção a tempo, a qualidade total, o defeito zero, o ciclo de tempo rápido e o projeto para facilitar a produção.”. (MÜLLER, 1994, p. 23).

Assim, o grande desafio de se produzir para os agricultores, consiste em adquirir competitividade para se inserirem no novo paradigma produtivo, tendo que concorrer diretamente no "livre mercado". Obviamente que tal ambiente torna-se favorável àqueles produtores rurais que se encontram organizados em complexos agroindustriais, especializados na produção de *commodities* ou outros produtos exportáveis de alto valor e aceitabilidade comercial. Em contraponto, àqueles produtores rurais que não se encontram organizados em cooperativas, associações ou até mesmo integrados a um complexo agroindustrial (a exemplo da produção avícola no Sul do país), estão encontrando cada vez maiores dificuldades para garantirem a sua reprodução social.

A grande questão que se impõe na conjuntura das relações da agricultura brasileira com a abertura comercial é a necessidade de inserção do caráter social contrapondo-se a atual configuração meramente econômica. Isto consiste em situar os pequenos produtores rurais, ou seja, a pequena produção perante um Estado que sempre os deixou aliados de todas as políticas que foram implementadas para a agricultura. Farina e Lazzarini (1999) realizam algumas observações contundentes a este respeito:

Em primeiro lugar [...] encarar qualquer política direcionada ao estímulo a pequena produção como uma política de distribuição de renda. Discursos que se baseiem na idéia de que a pequena produção irá resolver os problemas alimentares da sociedade só fazem atrapalhar o bom andamento de tais políticas. A idéia de viabilizar a pequena produção como fonte de subsistência familiar pode ser uma alternativa no curto prazo, porém merece ser reconsiderada se forem buscados crescimentos de renda e aumentos do bem-estar sob uma perspectiva de longo prazo. (FARINA e LAZZARINI, 1999, s.p.).

Entretanto, as políticas que vêm sendo implementadas pelo Estado brasileiro estão longe de reconhecer a necessidade de aparato aos pequenos produtores rurais como uma política social de distribuição

de renda. Estas somente são alcançadas a partir das reivindicações organizadas como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Neste sentido Alentejano (2000) evidencia que a formulação de uma política explicitamente voltada para a agricultura familiar (PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), somente foi colocada na pauta das propostas para o desenvolvimento rural brasileiro, à medida que nos últimos anos se combinou ofensivamente as ações do MST e da CONTAG associadas à crescente pressão internacional em virtude do crescimento dos episódios em torno da reforma agrária como as chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

Cabe enfatizar, neste momento, que existe um problema central, comumente verificado no âmbito dos pequenos produtores rurais do país. Tal problema está centrado no desencontro do projeto político-ideológico dos pequenos produtores *com-terra* e dos pequenos produtores rurais *sem-terra*, uma vez que ambos não possuem uma identidade como classe social, chegando inclusive a se personificarem como antagônicos.

Isto acontece em virtude da diferença espaço-temporal do processo de seletividade e expropriação que ambos acabaram(rão) sofrendo, tendo em vista que os pequenos produtores rurais *com-terra* muitas vezes se encontram às margens da expropriação pelo seu histórico alijamento de toda e qualquer espécie de política agrícola. Assim, por falta de organização em associações, cooperativas, movimentos sociais, etc; eles encontram diversas barreiras ao acesso a políticas agrícolas, como o PRONAF, por exemplo. Na maioria das vezes, isto acaba causando um sentimento de injustiça comparativamente ao produtor rural *sem-terra*, personificando nele a figura do "inimigo".

Por outro lado, do ponto de vista dos produtores rurais *sem-terra*, é freqüente a identificação dos pequenos produtores *com-terra* como àqueles que detêm a propriedade e assim, necessariamente, devem ser enquadrados no rol dos proprietários capitalistas, e, portanto, com interesses antagônicos aos seus.

Esta situação de "enfrentamento" entre produtores rurais de uma mesma esfera social facilita as ações das elites rurais do país que



acabam tendo nos pequenos produtores rurais com-terra grandes aliados em suas reivindicações junto às lideranças públicas, como se não bastassem os *lobbys* e as ações da bancada ruralista sempre precavida contra eventuais reformas progressistas no meio rural brasileiro.

Do mesmo modo, o Estado se beneficia deste enfrentamento, pois os pequenos produtores rurais com-terra, desinformados e desorganizados vêem muito mais o sem-terra como o seu inimigo, quando na verdade o grande responsável pela sua penúria é o grande capital e o próprio Estado, que como é sabido, nos países subdesenvolvidos, é fortemente influenciado por diferentes grupos de poder. No Brasil, essa história não é diferente. Contudo, apesar da relevância desta questão, discutí-las neste momento, fugiria ao escopo deste artigo.

## 5. AS MUDANÇAS NO MUNDO RURAL: ESTRATÉGIAS DE VIABILIZAÇÃO DO PEQUENO PRODUTOR

A competitividade imposta pela abertura da economia nacional trouxe elementos que serviram para aumentar a complexidade do meio rural do país na década de 1990. Conforme já foi mencionado, o setor agrícola passou a ser exposto ao "livre mercado" nacional e internacional, o que "[...] trouxe sérios problemas para a agricultura nacional, na maioria das vezes impossibilitada de competir com produtos internacionais, fortemente subsidiados nos seus países de origem." (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 82).

A busca pela maior competitividade no mercado e a necessidade de introduzir formas de viabilizar a produção de pequenos produtores, fizeram com que algumas atividades, anteriormente não exploradas economicamente no meio rural, começassem a adquirir grande expressividade.

Graziano da Silva (1999) argumenta que não foram somente atividades agrícolas que passaram a configurar o meio rural brasileiro, dando ênfase ao crescimento progressivo de atividades rurais não agrícolas e sobretudo a relevância que as Ocupações Rurais Não Agrícolas (ORNAs) obtiveram na década de 1990. Deste modo, o autor

ressalta que todas essas alterações contribuíram para a consolidação de um "novo mundo rural" no país.

Independentemente da posição defendida por Graziano da Silva (1999), pode-se inferir que se existe um "novo rural" no país, sua complexidade vai além da inserção de atividades não-agrícolas e ocupações rurais não-agrícolas. Este "novo rural" compreende, também, o aprofundamento da questão da reforma agrária consubstanciada no aumento do contingente dos movimentos sociais e na necessidade de políticas direcionadas ao desenvolvimento rural, visando reduzir as distorções provocadas pelo processo de desenvolvimento desigual do meio rural em nível nacional, regional e local. O processo citado, instaurado no país pelo projeto modernizante do Estado, aliado à acumulação capitalista, recentemente foi aprofundado pelo processo de internacionalização do capital, também denominado de "globalização".

No âmbito das alternativas, que podem viabilizar a reprodução social dos pequenos produtores rurais, torna-se necessário analisar as potencialidades daquelas atividades que podem ser desenvolvidas em explorações de pequena escala. Neste sentido, Farina e Lazzarini (1999) demonstram que as atividades vinculadas às frutas e olerícolas demonstram-se viáveis, com a ressalva de que:

Além da seleção de atividades mais adequadas à pequena escala, é preciso também promover uma contínua orientação ao mercado. O problema não é produzir: as tecnologias agropecuárias são plenamente disponíveis (*sic*), dentro de certas circunstâncias. O problema é vender [...]. (FARINA e LAZZARINI, 1999, s.p.).

Sob esta perspectiva, em estudo recente acerca do desenvolvimento da fruticultura na região noroeste do Estado de São Paulo, Locatelli (2000) enfatiza que uma das principais dificuldades encontradas pelos produtores rurais daquela região reside no processo de comercialização, denotando que mesmo que a atividade agrícola seja rentável ao produtor, parte da sua renda ainda é apropriada no processo de circulação do produto.

Contudo, mesmo com as limitações apontadas por estes autores, estas “novas atividades” que vêm sendo inseridas no meio rural, se apresentam enquanto formas de viabilizar a pequena produção rural, comparativamente às culturas tradicionalmente cultivadas (feijão, algodão, amendoim, etc), que possuem muito mais problemas tanto no âmbito da produção quanto da comercialização.

Cabe neste momento, enfatizar a relevância da regulamentação estatal na gestão do território nas esferas: federal, estadual e municipal. Araújo (2000) ressalta que é possível efetuar uma inserção econômica do país no mercado global sem haver um aprofundamento da seletividade sócio-espacial herdada das experiências passadas.

Neste sentido, infere-se a necessidade da gestão estatal no desenvolvimento rural. Dizer que a atual conjuntura neoliberal enfraqueceu o Estado não é admissível. Basta analisar as políticas estatais implementadas pelo Estado brasileiro nos últimos quarenta anos que se concluirá para quais segmentos e agentes que o Estado foi realmente fraco, e para quais agentes e segmentos ele foi forte.

Grosso modo, pode-se dizer que as “novas atividades agrícolas” que vêm sendo incorporadas no “novo rural” brasileiro, apesar de suas limitações, estão se configurando em alternativas para os pequenos produtores rurais, uma vez que as lavouras tradicionais vêm apresentando sérias limitações, em virtude da conjuntura atual de competitividade nacional e internacional, na qual o setor agrícola vem sofrendo os reflexos de forma direta e indireta. Neste sentido, Santos ressalta que:

Podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem outros aspectos da produção econômica [...] Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema do comércio. (SANTOS, 2000, p. 88-89).

Nesta perspectiva, a agricultura atual que até recentemente era considerada “moderna”, agora também passa a ser “científica e globalizada”. Tal cenário provocou o aprofundamento das relações

intersetoriais e conseqüentemente exige que os produtores rurais se tomem competitivos para que se insiram na dinâmica de acumulação global do capital, mediada pelas relações comerciais e financeiras.

## 6. ASPECTOS DA INSERÇÃO DE “NOVAS ATIVIDADES” NO MEIO RURAL NA ESFERA LOCAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ANHUMAS-SP

Buscar-se-á neste item analisar as perspectivas de desenvolvimento local, mediante a dinamização do setor agrícola. Para tanto, analisar-se-á o desempenho da agricultura no município de Anhumas, localizado na Microrregião de Presidente Prudente, no Sudoeste do Estado de São Paulo.

Cabe enfatizar que a análise da dinâmica da estrutura produtiva agrícola do município em questão encontra-se contextualizada em Oliveira e Hespagnol (2000). Neste estudo, foi realizada uma caracterização da dinâmica da produção agrícola no município a partir dos anos 1960, no contexto da heterogeneidade/seletividade que o processo de modernização da agricultura foi instalado nas diferentes regiões brasileiras, sob a perspectiva de “[...] que tal processo, apesar de não ter atingido de forma homogênea todas as regiões, acabou provocando impactos indiretos no processo produtivo agrícola, principalmente no que se refere às formas de beneficiamento e comercialização [...]” (OLIVEIRA E HESPANHOL, 2000, p. 39).

No contexto das transformações desencadeadas pelo processo de modernização da agricultura brasileira, nota-se que os pequenos produtores rurais do município de Anhumas estão encontrando como forma de se viabilizar economicamente, a inserção de culturas alternativas vinculadas à fruticultura e a olericultura. Verifica-se pelas informações disponíveis que estas atividades são as principais geradoras de valor de produção, no conjunto das atividades agrícolas desenvolvidas no município, conforme pode ser observado na Tabela I:



**I: Área Colhida e Valor da Produção Agrícola de Anhumas – 1998**

	Área colhida em ha	Percentual (%)	Valor da Produção em Mil Reais	Percentual (%)
<b>Abacaxi</b>	<b>545</b>	<b>32,21</b>	<b>4.800</b>	<b>74,23</b>
Algodão	10	0,59	6	0,09
Amendoim	60	3,54	54	0,83
Arroz	20	1,18	4	0,06
Café	46	2,71	20	0,30
<b>Batata-doce</b>	<b>120</b>	<b>7,09</b>	<b>564</b>	<b>8,72</b>
Feijão	160	9,45	129	1,99
Goiba	1	0,05	4	0,06
<b>Melancia</b>	<b>130</b>	<b>7,68</b>	<b>546</b>	<b>8,44</b>
Milho	550	32,5	99	1,53
Tomate	50	2,95	240	3,71
<b>Total</b>	<b>1.692</b>	<b>100,0</b>	<b>6.466</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FIBGE – Produção Agrícola Municipal - 1998

Dentre as frutícolas cultivadas no município, as culturas mais expressivas são o abacaxi e a melancia que juntas, apesar de ocuparem 39,8 % da área cultivada com lavouras foram responsáveis por 82,6 % do valor da produção obtido nas atividades agrícolas no ano de 1998. Na olericultura, a batata-doce é a principal cultura, ocupando 7,6 % da área total cultivada com lavouras e gerando 8,4 % do total da renda auferida nas atividades agrícolas. Nota-se neste contexto, que juntas estas culturas, apesar de ocuparem 46,9 % da área total cultivada com lavouras no município são responsáveis por 91,4 % do valor da produção gerado pelas atividades agrícolas.

Assim, pode-se inferir que tais atividades têm se constituído em importantes alternativas econômicas aos pequenos produtores rurais do município, contrariamente ao que ocorre com as culturas tradicionais. Tais atividades têm proporcionado a geração de renda, sem demanda grandes extensões de terra. Além disto, seus produtos caracterizam-se

pelo maior valor e aceitabilidade comercial. As explorações da fruticultura e da olericultura se constituem em algumas das "novas atividades rurais" que Graziano da Silva (1999) caracteriza como elementos do "novo rural brasileiro".

Conforme já foi mencionado, é preciso enfatizar que atualmente o processo de comercialização dos produtos agrícolas é, sem dúvida, uma das maiores dificuldades a serem enfrentadas pelos produtores rurais, sobretudo, no âmbito da pequena produção, conforme evidenciam Farina e Lazzarini (1999) e Locatelli (2000). Tais dificuldades estão eminentemente vinculadas ao processo de modernização da agricultura brasileira que estreitou as relações entre agricultura e indústria e os capitais comercial e financeiro, proporcionando cada vez mais a apropriação de parte da renda gerada pela produção agrícola pelo capital industrial, comercial e/ou financeiro aos quais o setor agrícola está subordinado.

A partir das informações coletadas por meio de entrevistas realizadas junto a quatorze produtores rurais do município de Anhumas, dos quais sete desenvolvem o cultivo da fruticultura e sete desenvolvem o cultivo da olericultura, pôde-se visualizar um panorama do desempenho destas atividades e, sobretudo, constatar quais são as principais dificuldades enfrentadas no processo produtivo, destacando-se entre elas a comercialização.

No âmbito da fruticultura, a totalidade da produção de abacaxi é comercializada nas CEASAs dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A produção de banana tem 50,0% de sua produção destinada ao comércio varejista regional e 50,0% da produção destinada ao entreposto da CEASA do município de Presidente Prudente. A produção de limão tem 15,0% destinada ao comércio varejista regional e 85,0% comercializada no entreposto da CEASA de Presidente Prudente. Da produção total de mamão 30,0 % é destinada ao comércio varejista e 70,0% fornecida ao entreposto da CEASA de Presidente Prudente. A produção de melancia tem 5,0% comercializada no varejo, 5,0% vendida a intermediários que buscam parte da produção na Unidade de Produção Agropecuária (UPA) e 90,0% é comercializada em entrepostos das CEASAs dos Estados do Paraná e Santa Catarina, de

onde pode ter como destinação final os mercados dos países que integram o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), sobretudo a Argentina. Finalmente, a produção de poncã, tem 87,5% destinada ao comércio varejista e 12,5% comercializada no entreposto da CEASA de Presidente Prudente.

No âmbito da olericultura, toda a produção de batata-doce é comercializada com intermediários da Região de Presidente Prudente, que se encarregam do beneficiamento e posteriormente, do direcionamento ao entreposto da CEASA de Presidente Prudente, de onde é destinada a outros entrepostos das CEASAs no Estado de São Paulo e Estados vizinhos.

Os dados sobre o destino de toda a produção frutícola e olerícola dos produtores rurais entrevistados, podem ser melhor observados na Tabela II:

**Tabela II: Destino da Produção Frutícola e Olerícola do município de Anhumas-SP**

Culturas	Venda em Supermercados	CEASAs	Intermediários
Abacaxi .....	-	100,0	-
Banana .....	50,0	50,0	-
Batata-doce .....	-	-	100,0
Limão .....	15,0	85,0	-
Mamão .....	30,0	70,0	-
Melancia .....	5,0	90,0	5,0
Poncã .....	87,5	12,5	-

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000.

Constata-se nos dados da Tabela II e nas informações obtidas por meio das entrevistas, que a maior parte da produção de frutas é destinada ao comércio varejista da Região de Presidente Prudente e aos entrepostos da CEASA do município de Presidente Prudente e dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a partir dos quais pode ser destinada ao abastecimento do mercado nacional e até mesmo internacional.

No contexto da olericultura, verifica-se que a totalidade da produção é comercializada por intermediários, que desempenham a ligação entre os produtores e o entreposto da CEASA de Presidente Prudente. Conforme informações dos produtores de batata-doce, estes intermediários obtêm grande margem de lucro sobre os preços pagos, tendo em vista que se encarregam da agregação de valor à produção, por meio da lavagem e embalagem, para posteriormente destiná-la a CEASA, que por sua vez realiza a comercialização com outros entrepostos atacadistas e varejistas.

Assim, grande parte da renda gerada na produção de frutas e olerícolas, é apropriada por intermediários e/ou pelos atacadistas das CEASAs. Oliveira (1981) já denunciava esta condição de submissão da renda da terra ao capital comercial, facilitada e intermediada pelo Estado por meio da criação das CEASAs, que na verdade se constituem num espaço de reprodução dos intermediários e atravessadores.

Para piorar a situação, no município em foco, o nível de organização dos produtores rurais é inexpressivo. Apenas 14,3% dos fruticultores participam de uma Associação de Agricultores situada no bairro rural Palmitalzinho que se localiza na divisa dos municípios de Anhumas e Regente Feijó. As vantagens dos produtores em participarem da associação estão vinculadas à aquisição de insumos, fertilizantes e máquinas, a preços mais baixos do que os praticados no mercado regional. Além disto, a associação já dispõe de uma determinada infra-estrutura que compreende depósitos para armazenamento de insumos e produtos agrícolas e, recentemente, efetuou a aquisição de uma beneficiadora de café, pela qual os produtores conseguem agregar valor ao produto final.

Entretanto, mesmo estando organizados em associações, os produtores ainda encontram dificuldades na comercialização dos seus produtos, tendo em vista que estão subordinados a ação dos intermediários capitalistas. Deste modo, fica evidente a necessidade de comercializar seus produtos diretamente com os supermercados (eliminando a ação dos intermediários), situação que somente é alcançada por aqueles que possuem meios de transportes adequados para levarem a sua produção aos centros urbanos.



Cabe enfatizar que, os pequenos produtores descapitalizados são os mais atingidos pela ação do capital comercial (configurado no intermediário) e por isso necessitam da associação de agricultores para adquirirem um certo grau de competitividade. Os produtores mais capitalizados, argumentam que os ganhos obtidos com a maior representatividade e potencial na aquisição de insumos, fertilizantes e máquinas, não compensam as perdas de agilidade e rapidez no processamento e comercialização dos produtos. Na verdade, a posição assumida por estes é justificável tendo em vista que já possuem uma clientela suficiente para comercializar seus produtos, levando-se em consideração o padrão de qualidade que conseguem colocar os produtos no mercado, além da possibilidade de fornecê-los durante o ano todo.

## **7- PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DA DINAMIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA**

No intuito de analisar as perspectivas de desenvolvimento local a partir da dinamização das atividades agrícolas, tendo como recorte territorial o município de Anhumas, realizar-se-á neste item algumas reflexões acerca do papel do poder público local na gestão do desenvolvimento municipal.

A partir da constatação de que as atividades agrícolas tradicionais demonstram claramente as suas limitações no âmbito de geração de renda aos pequenos produtores rurais e a possibilidade da inserção de "novas atividades" no meio rural que se apresentam enquanto alternativas viáveis à produção agrícola, apesar das dificuldades evidenciadas anteriormente, é importante frisar a importância da atuação do poder público local junto ao setor agrícola visando amenizar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais e proporcionar condições favoráveis para se produzirem no campo.

Levando em consideração que a Região de Presidente Prudente e, concomitantemente, o município de Anhumas, caracterizam-se por ter a economia consubstanciada no setor agropecuário é importante que

este se desenvolva a partir das divisas geradas em seu processo produtivo, o que poderá impulsionar o desenvolvimento local.

Entretanto, nota-se que apesar do setor agropecuário, via de regra, ser o principal gerador de riquezas, é a ele atribuído pouca relevância, haja vista que, os poderes públicos municipais, em sua maioria, acreditam que o desenvolvimento advém prioritariamente a partir da industrialização, conforme salienta Toledo Júnior (1990). Tal concepção, para uma região, que não apresenta segmentos industriais consolidados, faz com que as ações do poder público ocorram de forma extremamente equivocada.

Um dos elementos que explica esse tipo de atitude do poder público municipal está vinculado ao potencial eleitoral da zona urbana que, especificamente no município em apreço, é extremamente superior ao da zona rural. Neste contexto, o poder público prefere investir em infra-estrutura (educação, saúde, lazer, asfalto, rede de esgotos, casas populares, etc.) nas áreas urbanas, pois são nestas que se poderá obter a maior quantidade de votos. Decisões neste sentido, demonstram a ação equivocada do poder local no âmbito do desenvolvimento municipal, haja visto que em 90 % dos municípios do Estado de São Paulo o setor agrícola é o principal gerador de riquezas (MARTIN, 1993).

Considerando a atual tendência de descentralização das atribuições vinculadas anteriormente aos governos federal e estadual, consubstanciada na reforma tributária realizada a partir da promulgação da Constituição de 1988 e da Constituição Estadual de 1989, que determina que as lideranças locais, especialmente no âmbito do poder público municipal, devem ter atuação efetiva na implantação de medidas promotoras de dinamização e desenvolvimento. Assim, faz-se necessário repensar as atitudes dos governos municipais, chamando para eles a responsabilidade da gestão e desenvolvimento local.

Neste sentido, o desenvolvimento local do município de Anhumas depende prioritariamente da atuação pronunciada do poder público municipal. Mediante as considerações efetuadas de que as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais que estão encontrando na fruticultura e na olericultura, formas de viabilização da produção

agrícola; estão configuradas no processo de comercialização da produção, pode-se estabelecer algumas formas de ação em âmbito local.

O poder público municipal deve estimular os pequenos produtores rurais a se organizarem em associações, por bairros rurais, incluindo àqueles que residem na zona urbana, e possuem suas atividades vinculadas à agricultura. Tais associações devem ter autonomia para conduzir o processo produtivo nas fases de plantação, cultivo, colheita, processamento e comercialização da produção. Uma vez organizadas as associações de agricultores, cabe ao poder local, promover as condições para que elas:

- a) efetuem a aquisição de insumos e implementos agrícolas conjuntamente, no intuito de superar as dificuldades de incorporação de novas técnicas e tecnologias;
- b) implantem viveiros de mudas para facilitar e ampliar o universo dos pequenos produtores que exploram culturas alternativas (frutas, olerícolas, etc);
- c) realizem a recuperação dos solos a partir da calagem e da implementação das técnicas de controle de erosão;
- d) ofereçam cursos de reciclagem e capacitação aos produtores rurais, para que estes possam ter conhecimento a respeito de novas culturas e suas respectivas técnicas de cultivo;
- e) agreguem valor à produção agrícola por meio do processamento parcial ou total dos produtos (como por exemplo, a lavagem da batata-doce, o acondicionamento do mamão, etc);
- f) implantem e ampliem o serviço de máquinas agrícolas nos moldes do programa de patrulha agrícola, que vem sendo utilizado em diversos municípios do Estado de São Paulo;
- g) efetuem convênios com empresas comerciais e/ou agroindustriais, para que os produtores possam assegurar de que terão

um mercado consumidor para a sua produção (como por exemplo, o convênio com redes de supermercados<sup>2</sup>).

Tais medidas, voltadas ao setor agrícola devem ser estabelecidas utilizando-se das condições pré-existentes, ou seja, um desenvolvimento a partir das forças endógenas, dando prioridade à melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores e a sua reprodução social no campo, uma vez que estes sempre estiveram à margem do acesso às políticas agrícolas (de créditos, preços mínimos, etc), implementadas pelo Estado brasileiro.

Para finalizar as reflexões acerca do desenvolvimento local, vale frisar uma discussão de Santos (2000), na qual ele enfatiza a autonomia dos lugares, face ao processo de globalização:

[...] com a reconstrução da federação brasileira a partir da célula local, feita de forma que o território venha a conhecer uma compartimentação que não seja também fragmentação. Desse modo, a federação seria refeita de baixo para cima, ao contrário da tendência a que agora está sendo arrastada pela subordinação aos processos de globalização. (SANTOS, 2000, 95-96).

Sob esta ótica, é possível (re)colocar o papel do poder público local, como instância capaz de gerir as suas atividades econômicas locais e proporcionar o desenvolvimento a partir das forças endógenas, que no foco de análise aqui exposto, está consubstanciado na dinamização do setor agrícola.

<sup>2</sup> Uma atitude que eventualmente pode ser taxada como radical, mas que poderia dar certo, e, entretanto, exigiria uma ação pronunciada e efetiva do poder público em âmbito regional e até mesmo estadual, seria fazer com que as grandes redes de supermercados comprassem os produtos agrícolas oriundos da região em que se encontram instalados. Ao nosso ver isso caracterizaria uma forma de gestão do território em defesa do desenvolvimento local e regional.



## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica da agricultura brasileira foi profundamente alterada na segunda metade do século XX. Tais transformações se configuraram numa primeira fase, a partir da intervenção estatal por meio das políticas de fornecimento de crédito rural farto e barato que perdurou entre meados da década de 1960 ao final da década de 1970. A partir de 1980, a política de crédito rural entra em progressivo declínio em virtude da crise fiscal que passou a assolar o país, com o aumento das taxas de inflação e o crescimento da dívida externa.

No início da década de 1990, o país vive uma intensa abertura comercial visando se integrar competitivamente no processo de internacionalização do capital. Neste âmbito, o setor agrícola passa a ser diretamente afetado pelas flutuações do mercado internacional, concorrendo com as indústrias agroalimentares transnacionais.

Em virtude da conjuntura de competitividade, os pequenos produtores têm encontrado na inserção de “novas atividades” no meio rural, formas de viabilizar a sua produção. Atividades como a fruticultura e olericultura têm se apresentando viáveis a pequena produção, apesar das dificuldades enfrentadas no processo de comercialização.

O momento atual exige a retomada do Estado na gestão do seu território em todas as esferas de atuação - federal, estadual e municipal, no intuito de viabilizar a pequena produção e conseqüentemente possibilitar o desenvolvimento rural.

Tomando como exemplo a realidade atual do município de Anhumas, conclui-se que a dinamização das atividades agrícolas está estritamente vinculada ao desenvolvimento local. Isto pode ser inferido, na medida em que se verifica que o sucesso de “novas atividades” que passaram a configurar o meio rural do município a partir da década de 1990, depende de uma atuação pronunciada e efetiva do poder público municipal.

É evidente que a atuação do poder local na dinamização das atividades agrícolas implica numa mudança nos padrões seguidos pela maioria das prefeituras municipais, conforme a concepção de que a

industrialização pressupõe o desenvolvimento, o que faz com que as políticas públicas sejam estritamente vinculadas ao meio urbano.

Neste contexto, é importante salientar que a atuação do poder público municipal na dinamização das atividades agrícolas do município, além de propiciar o desenvolvimento local, estaria (re)colocando a questão das forças endógenas face ao processo de globalização. A partir disto, poder-se-á vislumbrar uma integração nacional em substituição ao atual paradigma de integração competitiva, que tem agravado ainda mais o desenvolvimento desigual nas esferas social e espacial.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? In: **Revista Terra Livre**. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 15, p.87-112, 2000.
- ARAÚJO Tânia Bacelar de. O desenvolvimento econômico do Brasil e o papel da pequena produção. In: **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- BELIK, Walter. Estado, grupos de interesse e formulação de políticas para a agropecuária brasileira. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, SOBER, v. 36, n. 1, p. 09-33, jan/mar, 1998.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: ÍCONE:UNICAMP, 1985, 240p.
- \_\_\_\_\_. «Capital e política agrária no Brasil:1930-1980” In: SZMERECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997. p.209-263.
- FARINA, Elizabeth M. M, e LAZZARINI, Sérgio G. **A pequena produção e o agribusiness**. 1999, mimeo.
- FIBGE. **Produção Agrícola Municipal**, 1998. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Home Page* : <http://www.sidra.ibge.gov.br>
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. Hucitec, São Paulo, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, SP: Unicamp. I.E., 1996.

\_\_\_\_\_. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, SP: Unicamp: I.E., 1999

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Dinâmica Agroindustrial, Intervenção Estatal e a Questão do Desenvolvimento da Região de Andradina-SP**. Tese de Doutorado. Rio Claro: IGCE- UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. In: **Revista Faz Ciência**. Faculdade de Francisco Beltrão-PR, v.1, n.1, p.38-49, 1997.

KAGEYAMA, Angela *et al.* O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. In: DELGADO, G. da Costa (Org.) **Agricultura e Políticas Públicas Brasileiras**. Campinas: IPEA, 1987. p. 113-221. (Série IPEA, 127).

MARTIN, Nelson B. O poder local e o desenvolvimento rural. In: **Revista Informações Econômicas**. São Paulo: IEA, v. 23, n. 12, p. 27-35, dez./93. 1993.

MÜLLER, Geraldo. Competitividade e integração econômica e social para uma gestão regional das questões agrárias e agroindustriais. In: **Rascunho**, Rio Claro, n. 32, p. 05-49, 1994.

\_\_\_\_\_. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.

\_\_\_\_\_. Nosso agrário verde-amarelo: contabilizando heranças e sugerindo uma estratégia. In: **Rascunho**, Rio Claro, n. 27, p. 03-39, dez./1993.

OLIVEIRA, Adriano R. e HESPANHOL, Antonio N. A estrutura da produção agrícola do município de Anhumas –SP. In: **Geografia em Atos**. v. 01. n. 2, Revista do Departamento de Geografia da FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, n. 58, 1981.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento crítico à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás e RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson. (Orgs.) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, p.227-249, 1997.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2ª ed., 1986.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio C. de. O município e o desenvolvimento rural. In: **Revista CEPAM**. São Paulo: CEPAM. Ano I, n. 3, p. 19-24, jul./set. 1990. (Fundação Prefeito Faria Lima).